

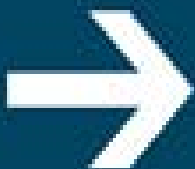


SLYMS

# Recomendações de Política



Erasmus+





Informação do Projeto



Funded by the  
Erasmus+ Programme  
of the European Union

Acrónimo	SLYMS
Título	Sociocultural Learning of Youth in Mobile Societies
Número do Projeto	2018-1-EL02-KA205-004039
Sítio de Internet do projeto	<a href="http://slyms.uth.gr/">http://slyms.uth.gr/</a>
Autores	Arciniega Cáceres Mittzy Jennifer (UPF) Kozaris Ioannis (UTh) Koliarmou Eleni (UTh) Moumtzidou Argyro (ARSIS) Pantazidis Stelios (UTh) Pechtelidis Yannis (UTh) Santos, Helder Luiz (CAI)
Data de preparação	01/03/2019-30/04/2019

Aviso de isenção de responsabilidade:

Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. Esta publicação [comunicação] reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.

## Índice

EM VEZ DE Um PRÓLOGO .....	1
POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE BASE COMUNITÁRIA .....	3
ESTRATÉGIA DE RESILIÊNCIA URBANA.....	4
O Quadro de referência para Cidades Resistentes através da educação não-formal e informal, interculturalidade e comunicação .....	7
A formação de políticas de inclusão num município urbano: exemplo.....	8
AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA CIDADE E O MODELO ABRANGENTE DO MUNICÍPIO DE SALÓNICA .....	11
INCLUSÃO POLÍTICA DE GRUPOS DE VULNERÁVEIS ATRAVÉS DO TRABALHO SOCIAL PARA JOVENS (trabalho COM JOVENS) .....	13
Trabalho social com jovens na Grécia, Espanha, Portugal.....	18
Para a "Re/configuração de políticas" com características de inclusão .....	PRIMEIROS PENSAMENTOS PARA UMA PRÁTICA PÚBLICA INTERCULTURAL 23
MERCADO DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS: TEMAS PARA FORMAR UMA POLÍTICA DE JUVENTUDE ÚNICA .....	24
REVISÃO DAS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO LINGUÍSTICA E EDUCATIVA NA EUROPA E NA GRÉCIA .....	25
A proposta para todos: O Festival do Multilinguismo para o desenvolvimento da comunidade, a inclusão dos jovens, a valorização das competências sociais (em vez do epílogo).....	29
REFERÊNCIAS .....	32

## EM VEZ DE UM PRÓLOGO

---

Como parte da implementação do Projeto Erasmus+ “Aprendizagem Sociocultural Europeia para Jovens em Sociedades Móveis” (SLYMS), a equipa de investigação é solicitada a investigar a *narrativa* das políticas de integração social e educação, dentro e fora das fronteiras colocadas num contexto (situacional) diverso e pluralista.

Em primeiro lugar, o projeto interessa-se tanto pela sustentabilidade da educação não-formal e das ferramentas de aprendizagem informal, à utilização de recursos - intelectuais e intangíveis - como pelos princípios sociais básicos que contribuem para a nossa cooperação com as pessoas.

Estamos interessados, numa cidade pelo seu carácter transnacional, pela mobilidade das populações e dos valores e pela transformação dinâmica da sociedade. Estas abordagens são identificadas e reflectidas diariamente em textos europeus, em ferramentas pedagógicas e na investigação socioeconómica.

Precisamos também reconhecer que a tendência local e internacional tende à assimilação e valorização do espaço entre as culturas e línguas das pessoas que se deslocam, que optam por deixar os seus países de origem, que estão em processo de integração e que são ativos no que é chamado de "e-between". A Europa está emergindo como um caldeirão de povos, um espaço criativo e um limiar cultural.

Os conceitos sociológicos de integração, conexão e inclusão parecem preencher uma lacuna: a da inépcia das primeiras interações com uma nova realidade, ou geralmente em enfrentar o *novo*. No entanto, este período de tempo é infinito e capta todo o embaraço que as pessoas, que entram em contacto com diferentes mecanismos sociais das sociedades de acolhimento e sistemas de princípios e valores, parecem sentir em relação à mobilidade dos refugiados e/ou migrantes.

Neste documento, destacamos aspectos das políticas europeias em relação aos protocolos de intervenção social de cada parceiro nacional do programa SLYMS: políticas linguísticas educativas, educação não-formal e informal e aprendizagem ao

longo da vida, estratégias de resiliência e ação pública, grupos sociais que intervêm nas ruas, como o Trabalho com Jovens.

O espectro de ideias das pessoas focadas na juventude ou estão centradas na cultura e na educação ou no social e o solidário: Por exemplo, nas suas competências de Mediação Intercultural, Educação, resiliente e colaborativa.

Além disso, estão incorporados nos Quadros Europeus sobre competências sociais, metodológicas e pessoais, bem como sobre competências de comunicação intercultural-multilíngue, pluralista e de organização.

Ao identificar exemplos, decisões e documentos de natureza local e europeia, intervenções sobre questões de vulnerabilidade juvenil, políticas de educação linguística e emendas educativas, vamos construir sobre o Quadro de Referência informal de Intervenção Social do "Fest of Multilingualism" como estratégia multidisciplinar e contribuição social da Cidade.

Retrospecções sobre política ao longo dos últimos 30 anos têm sido consideradas necessárias pelos parceiros, uma vez que textos e decisões relevantes surgiram nas últimas décadas após a queda do "muro" entre as duas partes da Europa.

Mobilidades de populações com características culturais diversas (ver expatriados, imigrantes políticos e económicos) abanam sistematicamente as águas do Estado-nação com implicações no capital psicossocial, educativo, pedagógico e financeiro da sociedade.

Acima de tudo, o conceito de desenvolvimento sustentável, crescimento do PIB, economia social e solidária e o público denominado movimento alternativo enquanto a bio-neurologia, a mecânica quântica e neurociências introduziram teorias de reflexão holística, sistémica, ambiental e social sobre a definição de modelos políticos de integração e organização social.

## POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE BASE COMUNITÁRIA

---

O Município de Salónica contribui para a formulação e desenvolvimento de políticas de inclusão social e educação baseadas em e com quadros socioculturais à medida que se move no quadro da Estratégia *das Cidades de Resiliência*.

Participando em estratégias de desenvolvimento ligadas à mobilidade e à mudança do contexto económico e social, o Município de Salónica opta por contribuir para a estabilidade nos Balcãs e, de um modo mais geral, para a organização de políticas de integração e harmonização transnacional na Comunidade Europeia.

O capítulo seguinte trata de uma visão geral das políticas de adesão dominantes do Município de Salónica, na educação não-formal e na aprendizagem informal e economia, especialmente considerando a retórica pública europeia e os problemas académicos.

Os principais aspectos da política pública de resiliência do Município são chamados a ilustrar formas da política educacional no espaço público e académico, no contexto da educação formal, não-formal e informal e voltado para o município como um público, capaz de produzir espontaneamente, a nível básico e como uma coletividade coordenada mais complexa, políticas de integração.

O município é capaz de metabolizar uma experiência in vivo e estudo in vitro numa única política social pensando em eventos públicos e programas de integração, bem como gerir recursos comuns para o bem-estar imediato dos cidadãos.

Destacamos especificamente a experiência partilhada do Programa, os nossos parceiros com políticas específicas de gestão de crises socioculturais, nas questões socioeconómicas locais, bem como nas questões dos refugiados e dos migrantes.

Em particular, registamos os componentes da gestão linguística da cidade de Salónica, mas também, de uma forma mais geral, a gestão das cidades na cena europeia. Os componentes incluem, mas não estão limitados à aprendizagem ao longo da vida, a

educação não-formal e informal, mediação intercultural e política intercultural, a gestão da vulnerabilidade, o desenvolvimento de uma economia local mais cooperativa, a garantia da educação como um processo de integração que acontece simultaneamente com a económica, a proteção ambiental, a capacitação dos jovens e a coesão social, uma cooperação a vários níveis. Todos estes componentes são os valores de dados críticos de cidades resilientes como Salónica e dos países parceiros envolvidos no SLYMS.

## ESTRATÉGIA DE RESILIÊNCIA URBANA

---

No contexto da documentação científica do Programa SLYMS, uma revisão da literatura sobre eventos sociais e públicos enfatizou claramente "... o termo resiliência urbana como o que descreve a cidade como um sistema de recuperação, adaptado e evoluindo para um diálogo com seu meio, constantemente refletido e planeado por e com os seus cidadãos, especialmente em situações de crise, tornando-se capaz de desenvolver reflexos em torno das constantes pressões do seu ambiente. O espaço público torna-se um fórum de diálogo e desenvolvimento". Nós também já dissemos anteriormente: "Confiando nos princípios da resiliência das cidades, bem como na transição de baixo para cima, e no conceito de economia social. A cidade de Salónica está a experimentar padrões de economia social através da mudança de atitudes, do enriquecimento do conhecimento e do desenvolvimento de competências resilientes, tais como competências interculturais, capacidades de comunicação e colaboração. A economia social é um conjunto de determinantes inspirados em valores éticos críticos, como a prioridade do emprego sobre o capital financeiro, o cuidado com a comunidade através da alocação de excedentes, a tomada de decisões através de processos democráticos e o cuidado com as necessidades do meio ambiente. No entanto, o fato mais significativo é que as pessoas se conectam através de redes locais, nacionais e internacionais, construindo identidades que são baseadas e ao mesmo tempo cultivam a solidariedade".

A solidariedade destas redes pode compensar as tensões nacionalistas que surgiram em tempo de crise. Além disso, a rápida expansão da economia social é parte integrante da transição eco-contratual que teve lugar recentemente nas sociedades europeias, sendo a principal causa, mas não só, da crise económica. A Comissão



Europeia recomenda também que os governos dos Estados-Membros incluam a promoção da economia social e das empresas de inovação social como uma prioridade de investimento específica nos seus novos programas nacionais<sup>1</sup>.

A economia social é um quadro importante para a construção de sociedades europeias resilientes. As estruturas e iniciativas da economia social, sublinhadas pelos princípios da igualdade, democracia direta e coesão social, podem cultivar identidades interligadas. Assim, à medida que as políticas da UE contribuem para a construção de uma identidade europeia mais unificada, pode ser vista através da medida e da forma como essas políticas estão ligadas, uma vez que reforçam a economia social<sup>2</sup>. "

No que diz respeito à cidade de Salónica, a administração passada e a atual dirigem-se à cidade "... como uma importante encruzilhada de culturas e populações. Um mosaico de diferentes religiões e nacionalidades, mas que conseguiu coexistir harmoniosamente. " (G. Boutaris).

O envolvimento da cidade na rede de "100 Cidades Resilientes" deu à cidade a oportunidade de fazer parte de uma comunidade urbana global, desenhando uma estratégia abrangente para o futuro, priorizando o renascimento da economia local, "investindo nos talentos das pessoas da cidade [e apoiando] os bolsos da atividade económica como o turismo, a economia criativa e os mercados tradicionais do centro<sup>3</sup>."

"Também, reforçando o sentido de pertença, a administração, em colaboração com as agências, tenta manter a cidade "aberta e acolhedora para todos e, especialmente, para os necessitados<sup>4</sup>".

Foi dada prioridade ao trabalho coletivo para conseguir "a integração de novos residentes na cidade", bem como "integrá-los ao seu funcionamento quotidiano".

---

<sup>1</sup> *100 Resilient Cities The EU Resilience Prospectus*. (2017)

<sup>2</sup> Op. cit.

<sup>3</sup> Op. cit. Strategy GRFinalweb, p. 3

<sup>4</sup> Op. cit.

Foi feito um esforço para "salvaguardar e melhorar o espaço público através da participação ativa dos residentes", procurando ao mesmo tempo criar novas sinergias com as agências municipais para fortalecer as relações internacionais da cidade, mas também para reforçar a sua cooperação com outros municípios metropolitanos da área.

Os valores e metodologia, metas, programas e ações das cidades resilientes também são relevantes.

Em particular, a política resiliente do município de Salónica em vigor visa fazer face à crise económica e social através de redes de solidariedade e mecanismos de apoio aos grupos mais vulneráveis da cidade.

Além disso, a política resiliente tem estado interessada em fortalecer a cidade, tentando a transnacionalidade através de atividades multiculturais e de comunicação, compreendendo o passado através de narrativas intergeracionais.

O conceito de recursos intangíveis e naturais também é importante na parte pedagógica, considerada como um meio de melhorar as competências dos jovens, proporcionando oportunidades de participação ativa na vida da cidade. Por esta razão, com base na sua estrutura organizacional, desenvolveu-se a cultura de troca de ideias e tertúlias, trabalho em equipe, colaborações entre a comunidade académica e o sector privado, comunidades, cidades (diplomacia da cidade), agências internacionais e nacionais e serviços municipais<sup>5</sup>.

Todos os critérios acima formulados são os critérios para as qualidades interdisciplinares das ações inovadoras na cidade, o papel da colegialidade e das instituições sociais, e predominantemente o envolvimento dos jovens como alavanca para o desenvolvimento e a gestão de recursos.

---

<sup>5</sup>100 Resilient Cities The EU Resilience Prospectus. (2017)

Chegados aqui, somos chamados a destacar a intervenção social horizontal de integração e coesão, que consideramos uma ferramenta apropriada em eventos públicos.

Através das Festas do Multilinguismo e seu modelo de desenvolvimento, que se baseia nos princípios da educação de adultos e na relação da educação organizada e sistemática com a energia informal da aprendizagem de rua, desenvolvem-se os valores das cidades urbanas, criam-se ciclos de desenvolvimento de competências para jovens e estudantes, aproveitando o capital cultural da cidade, criando pontes de contacto e compreensão, ligeiras capacidades de inclusão e mediação, adaptando-se a pedagogias inovadoras, emergindo múltiplas identidades.

O multilinguismo e a sua gestão inteligente como contacto e síntese de culturas, existe na base do bem cívico da coexistência de comunidades de língua estrangeira com uma formação de língua grega comum e com referência ao mapa da pedagogia intercultural.

## O QUADRO DE REFERÊNCIA PARA CIDADES RESISTENTES ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E INFORMAL, INTERCULTURALIDADE E COMUNICAÇÃO

---

De seguida são apresentados os pilares educativos e de aprendizagem e os princípios pedagógicos das cidades resilientes, como mostram os relatórios do programa do município de Salónica. Estes relatórios foram seleccionados com base no nosso interesse de investigar o papel dos eventos públicos em cidades resilientes como “Festivais do Multilinguismo, pois são julgados capazes de influenciar as políticas de integração social. Os pilares educacionais são:

- Desenvolvimento de competências e atitudes através da gestão do património cultural intangível: O Multilinguismo e o Contacto de Culturas
  
- Desenvolvimento de Modelos de Aprendizagem Não-Formal e Informal, Programas Intergeracionais e de Aprendizagem ao Longo da Vida
  
- Esquemas de solidariedade para o empreendedorismo social
  
- A cooperação entre os vários sectores esta baseada na educação e na economia.

- Redes sociais, juventude, mobilidade, ações públicas como estratégias de formação de atitudes, democratização do conhecimento, trabalho em rede, gestão da informação e consulta aberta.

Ligando o acima exposto com os Festivais do Multilinguismo, que organizamos com base num modelo pedagógico específico, constatamos que eles podem desenvolver metodicamente os princípios acima referidos em espiral, vertical ou horizontalmente, estando ao mesmo tempo diretamente relacionados com a mobilidade juvenil, sensibilização, inclusão social, gestão de recursos intangíveis, mediação e empatia e coesão intergeracional.

A lógica dos Festivais como evento público é também caracterizada por elementos de transnacionalidade e localidade, assim como o despertar dos cidadãos para formas mais alternativas de economia, onde a economia não se baseia em números mas sim tem por base um desenvolvimento comum.

O quadro de referência da Resiliência é um reflexo de uma política de integração transnacional. A estrutura em si torna-se num conjunto de ferramentas para compreender as múltiplas dimensões que compõem a resiliência de uma cidade e, assim, influenciar o mapa das políticas de adesão. Isto também nos permite posicionar e compreender claramente as possibilidades e políticas que podem ser influenciadas tanto por um evento público como os Festivais de Multilinguismo, como por grupos de trabalho educativo de rua, educadores e instituições de base comunitária.

Por outras palavras, é um ponto de referência para todas as áreas do nosso Programa, esclarece-nos os pontos de integração e associação no campo da Juventude e Política Social e ajuda-nos a descrever o trabalho do SLYMS em termos de aprendizagem sociocultural.

## A FORMAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO NUM MUNICÍPIO URBANO: EXEMPLO

---

Para analisar as políticas de inclusão social do Município de Salónica, em geral e, especialmente, durante o período de crise e fluxo de refugiados, pode-se recorrer aos relatórios da administração municipal, a fim de ver os projetos e programas implementados de forma coordenada, a partir dos departamentos do Município com base nos objectivos da Estratégia de Resiliência e da cidade aberta e hospitaleira.

Como já mencionámos, as políticas de coesão social e de integração foram claramente priorizadas, com ênfase na imigração e na política social. Mais ou menos novos conceitos para o Município de Salónica, tais como Equipas de Intervenção dos Sem-Abrigo, Hospitalidade, Programas de Integração e Formação para Grupos Vulneráveis e Jovens, CAC (Centros de Atividades Criativas), capacitação de jovem, criação de desenvolvimento profissional, participação dos jovens na comunidade.

É óbvio que a Cidade de Salónica tentou estruturar ferramentas e competências capazes de criar mudanças positivas e melhorar a qualidade de vida. O objectivo continua a ser a criação de centros de desenvolvimento de competências, bem como o envolvimento dos jovens, que, entre outras coisas, está a trabalhar em parceria com os organismos locais, desenvolvendo novas ferramentas e políticas que garantam a participação ativa e efetiva dos jovens na comunidade.

Além disso, a viabilidade económica dos Jovens, como parece, depende tanto da relevância dos jovens para os recursos materiais como intangíveis, como também da mobilidade, adaptabilidade e resiliência.

Pelo exposto, os pontos visíveis de ligação com o quadro de referência de competências ao qual o SLYMS se destina, temos:

- Reforçar a iniciativa dos cidadãos
- Aumentar a participação dos jovens na comunidade
- Comunidades Municipais como centros de encontro e cooperação
- Sentir-se como parte de uma cidade hospitaleira
- Potencializar a juventude da cidade e criar oportunidades de desenvolvimento de carreira
- A inter geracionalidade através dos laços entre diferentes gerações

- Cocriação de um espaço público

Os vários objectivos são acompanhados pelo desenvolvimento de estruturas, o reforço de iniciativas, a descrição de competências, o plano de espaços abertos de consulta, a formação e integração na comunidade educativa, a formação de competências de empatia entre grupos de jovens, que são tratados como portadores de património.

Além disso, abordamos os recursos intangíveis, como sejam, as competências linguísticas e da capacitação da empatia e do raciocínio intercultural.

Verifica-se que as implicações destes módulos podem ser reforçadas pelos Festivais do Multilinguismo, pelas suas ferramentas metodológicas, ou seja, a teoria intercultural contemporânea e a arquitetura da organização do festival, que reflete também a sua teoria pedagógica.

Em resumo, temos um repertório de competências em desenvolvimento pessoal, empatia e inteligência emocional, interculturalismo. Por outras palavras, competências que fomentam a inovação e a<sup>6</sup> resiliência cidadã, abrangendo uma ampla gama de desenvolvimento pessoal, social e consequentemente profissional.

Exemplos podem incluir competências pessoais, socioculturais, metodologia<sup>7</sup>.

Para além disto, podemos mencionar os espaços colaborativos como uma ação de inovação e criatividade. Os espaços colaborativos constituem incubadoras de economia social criativa, inovação e empreendedorismo, assim como o trabalho à distância.

Finalmente, há um foco no intergeracionalismo através de parcerias entre agências e instituições de ensino, visando o desenvolvimento de vínculos entre diferentes gerações. Seguindo táticas e estratégias LGTB, a cidade desenvolve políticas de

---

<sup>6</sup> Para mais informações, consulte a introdução do livro Goleman (1995) sobre Inteligência Emocional.

<sup>7</sup> Op.cit. (onde Soft skills: Competências Interpessoais, Competências Profissionais, Criatividade, Competências de Aprendizagem Pessoal, Competências de Influência, Competências de Liderança, Competências de Comunicação)

integração entre grupos etários, investindo no fortalecimento das relações pessoais e incentivando a organização de atividades que requerem a participação e colaboração de pessoas de diferentes gerações.

Desenvolver laços entre diferentes gerações numa comunidade local aumenta a coesão social, elimina a exclusão social e educa e nutre a geração mais jovem com as ferramentas certas para um futuro melhor.

As políticas de cura acima mencionadas e desenvolver modelos de inclusão, de uma forma *alternativa*. O acima exposto está claramente enraizado politicamente através de processos de educação indireta dos cidadãos.

## AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA CIDADE E O MODELO ABRANGENTE DO MUNICÍPIO DE SALÓNICA

---

Como parte da integração crítica de refugiados, imigrantes e populações deslocadas, a cidade de Salónica está a desenvolver programas de educação inteligente para a educação não-formal e informal, que visam, entre outras coisas, encorajar e capacitar os jovens em movimento (NEETS, jovens desacompanhados).

A criação de Centros de desenvolvimento de competências e vínculos entre imigrantes e povos indígenas, a exploração do capital cultural e educativo das populações em movimento estão no centro de uma política inclusiva.

Além disso, é mencionado que a relevância e o acolhimento na cidade de Salónica devido à experiência anterior com refugiados foram facilitados, enquanto que um planeamento a longo prazo da política social incluiu "programas de aprendizagem de línguas, educação de adultos, formação profissional, acreditação de competências e workshops até à formação cultural para indígenas e refugiados, com o objectivo de desenvolver a amizade e a cooperação".

Campanhas de media e debates públicos têm contribuído para divulgar a mensagem de unidade e promover valores comuns para todos os moradores da cidade.

Todos os itens acima contribuem para o desenvolvimento de políticas para a juventude, pois concentram-se na remodelação da comunidade e, portanto, buscam o envolvimento ativo de seus recursos humanos com benefícios a longo prazo e, portanto, desejam a participação ativa da população jovem.

A cidade resiliente está interessada numa multiplicidade de estratégias para fazer tudo o que foi dito acima. Autogestão, reflexão crítica e conselhos de capacitação, formação profissional com clara preparação e orientação para as competências profissionais. Além disso, a cidade resiliente está interessada em assegurar uma experiência intergénero relevante com a aprendizagem.

A participação na vida pública e profissional da cidade é alcançada através de cenários de simulação e aprofundamento de boas práticas, atividades de voluntariado, participação, sinergia e solidariedade, familiarização com o turismo como canal de comunicação, conhecimento e familiaridade com a diversidade de estruturas.

Num plano mais geral da Política Europeia de Juventude, poderíamos identificar a forma como as políticas nacionais dos Estados-Membros se complementam, ou como convergem ou divergem umas das outras.

Segundo a Secretaria da Juventude, na sequência das anteriores Estratégias Nacionais para a Juventude (1982, 1997), a Nova Estratégia Nacional visa a transição harmoniosa dos jovens para a vida adulta, a formação e aprendizagem de qualidade e a preços acessíveis, o desenvolvimento do empreendedorismo, a participação democrática na vida, reduzindo as desigualdades entre eles.

O acima exposto, a fim de crescer com segurança e eficácia, enriquece a agenda dos políticos, autoridades locais e nacionais através do diálogo construtivo dos Jovens entre si e com instituições e autoridades locais, voluntariado e mobilidade, cidadania. Os princípios para manter a visão são: cooperação, reflexão crítica e autoconsciência, empatia, dedicação e esforço, disseminação de informação, identificação e utilização<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Op.cit.



O trabalho juvenil, a abertura ao papel de animador, as intervenções visuais, o trabalho em rede, a mobilidade são fundamentais para redefinir as políticas de integração dos jovens, entre outras.

A definição nos textos europeus gira em torno dos aspectos do CEDEFOP na Definição, Escrita e Aplicação dos Resultados de Aprendizagem<sup>9</sup>. "Competência significa a capacidade de utilizar conhecimentos, competências e capacidades pessoais, sociais e/ou metodológicas, no trabalho ou estudo, situações em desenvolvimento profissional e pessoal"<sup>10</sup>, Por conseguinte, em cada versão de ação existe uma definição como uma combinação de atitude, conhecimento e gestão eficaz de uma ação.

Ao aprender e fazer, os Jovens conquistam as suas ferramentas, gradualmente e através da aprendizagem formal, não-formal e informal, identificando e capturando os resultados da aprendizagem, aplicando o potencial e avaliando os críticos.

## INCLUSÃO POLÍTICA DE GRUPOS DE VULNERÁVEIS ATRAVÉS DO TRABALHO SOCIAL PARA JOVENS (TRABALHO COM JOVENS)

---

Os jovens formam a base do movimento voluntário para transformar a sociedade e, portanto, responder às questões de crise com cenários inovadores de integração e desenvolvimento.

As estratégias de inclusão dizem respeito a questões de intervenção social, cultural, educativa e política, e de educação não-formal e informal.

Os profissionais envolvidos na inclusão e integração de jovens são convidados a desenhar, organizar e aplicar cenários de transformação de mentalidade, desenvolvimento de competências e organização de experiências para os jovens através de eventos públicos, oficinas abertas, discussões, atividades desportivas e, de um modo mais geral, conforme as oportunidades para moldar seu futuro.

---

<sup>9</sup> Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2017, p.30.

<sup>10</sup> Parlamento Europeu e Conselho da UE, 2008, p. 4

Discutiremos a seguir com mais detalhes sobre a contribuição do Trabalho com Jovens, para ambientes de refugiados e fluxos migratórios à medida que<sup>11</sup> abordarmos as ações e políticas dos órgãos do Programa sobre questões de política juvenil.

O texto seguinte é uma composição dos textos propostos pelos nossos parceiros com base em textos, protocolos e circulares dos Estados Membros do Programa.

Para os especialistas na área social existe um problema multidimensional com o termo Trabalho com/para Jovens (doravante referido como trabalho com jovens). Toda uma série de formulações conceituais, cobre o termo que aparece em um extremo do espectro como uma categoria classificada de intervenção social, aclamado profissionalmente o outro extremo como uma prestação de serviços espontânea e bastante voluntária para uma comunidade mais local.

Em particular, assegurar a nossa avocação com os jovens com mobilidade é, nas sociedades dos países da União Europeia, um benefício não só evidente mas também plenamente reconhecido pelas instituições europeias.

Contudo, os dados socioeconómicos para a análise da importância do trabalho juvenil ainda estão dispersos e não foram adequadamente pesquisados.

A política de integração dos jovens com mobilidade na União Europeia refere-se a áreas de investigação do trabalho juvenil como: educação informal, trabalho internacional, trabalho aberto, educação participativa como meio de prevenção da exclusão social, aconselhamento, informação aos jovens e, finalmente, o seu envolvimento no desporto<sup>12</sup>.

Também é preciso considerar a definição de "trabalho juvenil"; a natureza e o alcance do trabalho juvenil varia de país para país devido às diferentes condições socioeconómicas e aos diferentes quadros legais e administrativos existentes para cada país.

---

<sup>11</sup> *A contribuição do trabalho juvenil no contexto da migração e dos refugiados*

<sup>12</sup> *The Socio-economic Scope of Youth Work in Europe*, 2008, pp.4-5

Principalmente nos países envolvidos no SLYMS, ou seja, Espanha, Portugal e Grécia, o trabalho juvenil engloba uma vasta gama de atividades, tais como as recreativas, desporto, educação informal, informação juvenil, aconselhamento, educação cultural, participação em atividades colectivas, serviços de carreira, educação e apoio pessoal a jovens em risco ou afectados por condições políticas e sociais<sup>13</sup>.

O trabalho com Jovens é realizado por trabalhadores jovens remunerados e voluntários e baseia-se em processos de educação não-formal e informal centrados nos jovens e na participação voluntária. O principal objetivo é motivar e apoiar os jovens a encontrar e seguir caminhos construtivos na vida, contribuindo assim para o seu desenvolvimento pessoal e social e para a sociedade em geral.

O principal objectivo é motivar e apoiar os jovens a encontrar e seguir caminhos construtivos nas suas vidas, contribuindo assim para o seu desenvolvimento pessoal e social e para a sociedade em geral<sup>14</sup>.

O sector do trabalho com Jovens na Europa é muito diversificado. Inclui diferentes práticas oferecidas por organizações e fornecedores públicos, pela sociedade civil ou mesmo por instituições e programas relacionados com o bem-estar social. Apesar desta diversidade, existe um conjunto comum de valores e elementos<sup>15</sup>.

► Valorizado: o trabalho com Jovens serve os propósitos mais elevados de inclusão e coesão social.

► Centrado na juventude: o trabalho com Jovens serve as principais necessidades e aspirações da juventude, identificadas pelos próprios jovens.

---

<sup>13</sup> *The Socio-economic Scope of Youth Work in Europe*, 2008, pp.21-25

<sup>14</sup> Recomendação CM / Rec (2017) 4 do Comité de Ministros do Conselho da Europa aos Estados Membros sobre a juventude.

<sup>15</sup> Conclusões do Conselho sobre o contributo das atividades de qualidade para o desenvolvimento, o bem-estar e a inclusão social dos jovens (2013 / C 168/03).

▶ Voluntariado: o trabalho com Jovens depende da participação voluntária dos jovens.

▶ Desenvolvimento: o trabalho com Jovens visa o desenvolvimento pessoal, social e ético dos jovens.

▶ Autorreflexivo e crítico: o trabalho com Jovens tenta fazer o seu melhor para estar à altura da sua missão.

▶ Relacional: o trabalho com Jovens procura uma comunicação autêntica com os jovens e contribuir para a sustentação de comunidades viáveis<sup>16</sup>.

■ O campo da juventude tem um papel fundamental na inclusão e participação dos jovens refugiados, como os jovens trabalhadores oferecem:

▶ a capacidade de interpretar, adaptar e contribuir para a formação de novas realidades;

▶ uma resposta rápida aos desafios imediatos, quando outras estruturas não são capazes para fazê-lo, e capacidade de mobilizar voluntários e a comunidade;

▶ um histórico de longa data no trabalho em prol da participação dos jovens, inclusão e a coesão social; e

▶ a capacidade de apresentar soluções inovadoras e criativas que ligam o conhecimento, política e prática<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Henriques & Lyamouri - Bajja, Council of Europe Youth Work Portfolio 2018, pp. 8-9.

<sup>17</sup> Henriques & Lyamouri - Bajja, 2018, p.11.

Em resumo, porém, algumas descobertas sobre a especificidade do termo para a população de mobilidade, tais como grupos de jovens não acompanhados, famílias de jovens refugiados:

- Embora existam diferentes abordagens e práticas de trabalho com Jovens em toda a Europa, elas convergem na sua maioria num elemento comum: um trabalho baseado em valores, fundado em princípios como os direitos humanos, a inclusão social e a democracia. Independentemente do estatuto legal dos jovens em migração, o trabalho juvenil pode contribuir para a sua inclusão desde o momento da sua chegada.

- É importante mencionar que o trabalho com jovens refugiados não é algo novo, mas ganhou outra dimensão e maior visibilidade desde 2015, devido à situação criada por numerosas chegadas na Europa. Naquela época, os profissionais responderam (por exemplo, na Grécia) com a mobilização de voluntários para iniciativas de resposta a emergências (por exemplo, coleta e distribuição de alimentos e roupas). Logo eles começaram com atividades de aprendizagem intercultural, fortalecendo os laços com comunidades locais com cursos de línguas e cultura.

Neste ponto, é apropriado notar uma especialização da terminologia, considerando a população em movimento/em transição, como os jovens não acompanhados, os jovens das famílias de refugiados.

Diríamos que, independentemente do estatuto legal, por exemplo, dos jovens em migração, fluxos de refugiados ou em transição, o trabalho juvenil pode contribuir para a sua integração, ao mesmo tempo que a sua chegada. Afinal, o trabalho com jovens refugiados, jovens desacompanhados e imigrantes não é novidade, mas ganhou outra dimensão nas políticas de juventude, com uma aparição crescente desde 2015, devido à situação criada por numerosas chegadas à Europa. Naquela época, os jovens trabalhadores responderam (por exemplo, na Grécia) mobilizando voluntários para responder a emergências (por exemplo, recolhendo e distribuindo alimentos e roupas). Eles logo iniciaram atividades de educação intercultural para fortalecer os laços com a comunidade local, oferecendo lições linguísticas e culturais.

Contudo, era necessário uma perspectiva e esforços a longo prazo para assegurar a integração e participação destes jovens refugiados ou imigrantes, bem como iniciativas baseadas em direitos, tais como o direito à educação e formação profissional ou ao desenvolvimento de competências, em particular no que diz respeito às jovens refugiadas.

Atualmente, a ativação do trabalho com Jovens vai além da resposta humanitária imediata e do fácil acesso aos serviços. Isto leva à necessidade de novas competências e abordagens dos trabalhadores com jovens. No entanto, em países onde o trabalho com Jovens não é claramente reconhecido, há menos reconhecimento do seu valor, confundindo-o, de certa forma, com outras áreas do direito, serviços de apoio social e humanitário.

Para os jovens em transição, o foco do trabalho do trabalhador com jovens é principalmente promover a igualdade de acesso a oportunidades e direitos e criar espaço para o autodesenvolvimento.

## TRABALHO SOCIAL COM JOVENS NA GRÉCIA, ESPANHA, PORTUGAL

---

Na Grécia, o quadro legal para o trabalho com Jovens, no que diz respeito aos jovens em mobilidade, ainda é fraco. Contudo, o trabalho com Jovens existe como parte integrante do trabalho educativo e social e é uma parte essencial da transição segura e saudável dos jovens para a vida adulta.

No entanto, parece ser típico que o trabalho com jovens esteja relacionado com os tempos livres dos jovens, no que diz respeito a programas culturais e artísticos, recreação ao ar livre e o desporto.

Estes profissionais na Grécia trabalham principalmente com jovens entre 15 e 25 anos, mas em alguns casos isso pode se estender aos 13-15 ou 25-30 anos de idade.

Apesar da existência de disposições legais relativas à juventude, não existe uma definição oficial especial ou um quadro legal para o trabalho com Jovens na Grécia.

Contudo, ele existe como uma prática social; constitui parte integrante do trabalho educativo e assistencial e tem um papel significativo no apoio à transição segura e saudável dos jovens para a vida adulta. A gama de atividades descritas como trabalho com Jovens é extensa, e inclui saúde, apoio social, aconselhamento, educação, formação, desenvolvimento pessoal, etc. No entanto, parece que o trabalho dos jovens está principalmente relacionado com atividades de tempos livres - ou seja, programas artísticos e culturais, recreação ao ar livre, desporto, etc. - proporcionando um espaço para a experimentação e o desenvolvimento cultural dos jovens.

Olhando para Espanha, vemos que o trabalho juvenil para o Estado social espanhol é um capítulo essencial. Entretanto, é difícil entender o papel do trabalho com Jovens em Espanha se a pessoa interessada não for capaz de entender o foco no ambiente familiar que caracteriza a sociedade espanhola, e em particular os jovens em transição da adolescência para a vida adulta, aos quais as políticas públicas de cuidado estão focalizadas.

O Estado social espanhol tem-se baseado até agora na solidariedade, particularmente na solidariedade intergeracional, o que explica o atraso da emancipação dos jovens da sua família.

Por outro lado, e como consequência desta orientação familiar que caracteriza os Estados-Providência do sul da Europa, a assistência social e de socialização tem de ser providenciada no ambiente familiar privado.

Políticas destinadas a promover o 3º sector e a educação não-formal dos jovens foram recentemente implementadas. Isto teve certas repercussões negativas na formação e introdução do conceito de trabalho juvenil.

O principal objetivo das políticas de juventude em relação ao trabalho juvenil é fortalecer a participação e integração dos jovens em diferentes esferas da sociedade como cidadãos com plenos direitos. Como claramente declarado no Projeto YOYO (2004), os discursos políticos atuais na Europa promovem a participação como princípio fundamental da sociedade civil. Contudo, se a participação não está ligada aos direitos sociais - com exceção do sistema de transição universalista nos países

escandinavos - tende a aumentar a autorresponsabilidade e a individualizar os riscos sociais. Em particular, as políticas ativas do mercado de trabalho tendem a minar e a restringir a autonomia individual. Contudo, se a cidadania ativa é a fórmula democrática para a autodeterminação dentro de mercados de trabalho flexíveis, a motivação individual é uma chave valiosa para as políticas. Nesta perspectiva, é necessário assinalar que nos países do sul da Europa, e especificamente em Espanha, o desenvolvimento limitado pelo Estado social das políticas sociais relativas à família e à juventude teve uma certa repercussão negativa na formulação de estratégias políticas e nos cidadãos preocupados em reforçar e legitimar os campos de ação do trabalho juvenil e dos animadores socioeducativos<sup>18</sup>.

A política social **portuguesa**, tem feito grandes esforços para integrar as políticas de direitos da criança e da juventude nas estratégias e sinergias nacionais.

O artigo 69 da Constituição da República Portuguesa, estabelece que a proteção das crianças - visando o seu pleno desenvolvimento - é um dever tanto da sociedade como do Estado. Este dever origina direitos individuais, como o direito à alimentação, traduzidos no acesso a condições mínimas de subsistência.

Adicionalmente, a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança transmite-lhe a força da lei em Portugal, podendo ser diretamente invocada perante os tribunais e aplicada pelas autoridades nacionais, contribuindo para o cumprimento do segundo princípio horizontal da Recomendação.

Em Junho de 2013, a Resolução do Conselho de Ministros 37/2013, resumiu os resultados do trabalho desenvolvido, assumindo que, apesar dos esforços, ainda existem sérias dificuldades na implementação de vários aspectos do referido plano de proteção das crianças e jovens; a juventude está em risco e a política de proteção da juventude ainda é largamente carente.

No entanto, Portugal está normalmente na linha da frente no que diz respeito ao cumprimento das normas internacionais. Contudo, existe também um amplo consenso

---

<sup>18</sup> *The Socio-economic Scope of Youth Work in Europe*, 2008, pp. 41-42.



de que existe um fosso entre a forma como as leis e mesmo as políticas são concebidas e lançadas, e a sua implementação real. As práticas que se desenvolvem a partir dessas leis e políticas estão por maioria das vezes por regulamentar ou são regulamentadas com atrasos evidentes.

O foco principal destas políticas consiste no estabelecimento de um programa de ação, assumido como um instrumento político para uma prevenção e luta eficaz contra as situações de pobreza infantil e exclusão social. Neste âmbito, seria dada prioridade a intervenções de longo prazo, à intervenção precoce e a Projetos baseados em indicadores de bem-estar infantil e na sua avaliação baseada em evidências<sup>19</sup>.

Quanto à preocupação da **União Europeia** com o trabalho com Jovens, foi criado um grupo de peritos sobre o trabalho com Jovens. O mandato deste grupo de peritos, estabelecido no âmbito do plano de trabalho da UE para a juventude para 2016-2018, era definir a contribuição específica do trabalho com Jovens, bem como da educação não-formal e informal, para responder às oportunidades e desafios suscitados pelo número crescente de jovens migrantes e refugiados na União Europeia. É importante mencionar que a situação evoluiu nos últimos 3 anos, desde a decisão de criar o grupo de peritos no final de 2015, e que as discussões e os resultados tomaram em consideração a realidade atual - uma realidade que visa uma perspectiva de longo prazo para conseguir a integração dos jovens migrantes na sociedade europeia, em vez de uma primeira resposta humanitária.

O grupo de peritos desenvolveu uma grelha conceptual para discutir o tema, identificar as melhores práticas e ferramentas e propor recomendações políticas. Devido às mudanças da situação nos últimos 3 anos na maioria dos Estados-Membros da UE, o trabalho dos jovens raramente é ativo na primeira resposta após a chegada dos jovens refugiados, mas sim no processo de integração.

Com base no acima exposto, foram identificados quatro pontos onde o trabalho com Jovens pode funcionar para facilitar o processo de integração dos jovens em sociedades com mobilidade. São ações para jovens imigrantes que necessitam de

---

<sup>19</sup> Persita, Baptista & CESIS - CENTRO DE ESTUDOS PARA A INTERVENÇÃO RELATÓRIO SOCIAL DE PAÍSES, 2014, pp. 9-10&14-15.

segurança, jovens imigrantes / refugiados / NEETS em estado de incerteza, jovens imigrantes com uma perspectiva de residência a longo prazo e a própria sociedade de acolhimento.

Os Estados-Membros são convidados a considerar mais de 25 recomendações políticas identificadas no presente relatório. As melhores práticas têm sido apontadas para mostrar o trabalho que está sendo desenvolvido no campo da juventude na União Europeia e que pode ser mais apoiado e desenvolvido e, conseqüentemente, ter um impacto mais forte na integração dos jovens migrantes<sup>20</sup>.

Para além das 25 políticas que foram adoptadas pelo grupo de peritos para assegurar a integração harmoniosa dos imigrantes e refugiados nos países da União Europeia, foi também composta uma "caixa de ferramentas" prática para os profissionais, tanto voluntários como assalariados, e organizações que os formam com orientações sobre como encorajar a cidadania ativa e prevenir a marginalização e a radicalização dos jovens que conduzem ao extremismo violento e lidam com a propaganda<sup>21</sup>.

O trabalho com Jovens, pode fazer a diferença ao apoiar os jovens, especialmente aqueles em risco de marginalização e exclusão social e capacitá-los a enfrentar os desafios do seu desenvolvimento numa sociedade moderna, complexa e pluralista. Desta forma, é necessário um maior reconhecimento e apoio ao papel do trabalho juvenil por parte dos Estados-Membros e da União Europeia.

Num ambiente de crise, intensa mobilidade e transformações sociais, a perspectiva holística do sistema social é fundamental.

O precedente só poderia ser colocado em contextos socioculturais, mais ou menos de uma forma transcultural, com um discurso pluralista finalmente compilando uma narrativa multilingue e mediadora.

---

<sup>20</sup> *The contribution of youth work in the context of migration and refugee matters*, 2019, pp. 64-65.

<sup>21</sup> *The contribution of youth work to prevent marginisation and violent radicalisation A practical toolbox for youth workers & Recommendations for policy makers*, 2017, pp.5-8&46-47.

## PARA A "RE/CONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS" COM CARACTERÍSTICAS DE INCLUSÃO : PRIMEIROS PENSAMENTOS PARA UMA PRÁTICA PÚBLICA INTERCULTURAL

---

A principal política de coesão social é a educação e a formação intercultural, quer seja dirigida a programas de aprendizagem sistemática nas escolas ou no espaço público como causa, atividades sociais e práticas públicas. Os jovens refugiados que chegam à Europa têm de enfrentar vários desafios relacionados com a segurança, incerteza sobre o futuro, medo e perda, incerteza e diferenças culturais. Abandonar uma cultura de origem e alcançar um lugar totalmente novo pode ser muito desorientador para o indivíduo.

Muitos jovens têm de aprender a língua, compreender hábitos e práticas culturais, habituar-se a várias tradições e diferenças de crenças. Muitas vezes, a aprendizagem intercultural já está acontecendo no processo de integração dos jovens refugiados, pois eles observam, aprendem, trocam e questionam. No entanto, não é automático e, portanto, a aprendizagem intercultural é extremamente essencial quando se trabalha com jovens com um passado de refugiados.

A aprendizagem intercultural não pode ser um processo unilateral. Não se trata apenas de os refugiados aprenderem a integrar-se; trata-se da "inter-relação", da criação de novos espaços de convivência. Isto, no entanto, pode ser um desafio para os trabalhadores quando realizam as suas atividades típicas de trabalho com jovens de diferentes culturas<sup>22</sup>.

Ferramenta de transformação da alfabetização intercultural pública, as Festas do Multilinguismo do Município de Salónica, desencadeiam um processo de acesso democrático aos recursos do património cultural imaterial e à gestão da identidade cultural e da cultura linguística da cidade. Os Festivais do Multilinguismo são coordenados, pois oferecem novas oportunidades de participação e responsabilidade na gestão do público.

---

<sup>22</sup> Henriques & Lyamouri - Bajja, 2018, pp. 22-23.

## MERCADO DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS: TEMAS PARA FORMAR UMA POLÍTICA DE JUVENTUDE ÚNICA

---

Numa primeira tentativa de captar as políticas de inclusão intercultural e social, esboçaremos as delineações das políticas de juventude na Grécia, assim como uma retrospectiva da política intercultural e linguística na Grécia e na Europa ao longo dos últimos 30 anos.

Os últimos dados do relatório semestral sobre a elaboração de políticas e a adaptação da sociedade grega local<sup>23</sup> à mesma, citam os desafios de empregar os jovens, melhorar a situação, por um lado, e, por outro diminuir o abandono escolar como os jovens preferem agora, permanecer mais tempo na escola<sup>24</sup>.

É também característica da taxa de migração e dos fluxos de refugiados que é necessário educar na Grécia, embora as dificuldades na concessão de asilo sejam um obstáculo importante para a aplicação completa da política de integração social. A principal população alvo do SLYMS, Juventude em Mobilidade, é identificada no relatório bimensal do Governo grego em 2019. Grande esforço na educação de menores desacompanhados e filhos de famílias de refugiados e migrantes, medidas de proteção e alojamento adequado e acesso, entre outros, à<sup>25</sup> formação profissional .

Finalmente, um capítulo importante trata da educação e das competências de integração profissional e, portanto, da transição do estatuto de acolhimento para a inclusão na Educação e nas Competências<sup>26</sup>. A principal constatação é a baixa avaliação dos alunos em suas competências básicas, bem como o atraso na obtenção de um diploma básico.

---

<sup>23</sup> 2019-european-semester-country-report-report-greece\_el.pdf

<sup>24</sup> Op. Cit. Como referido no Painel de Avaliação Social, a percentagem de jovens (15-24 anos) que estão fora do sistema de ensino, emprego ou formação (NEET) permanece particularmente elevada (15,3% em 2017, contra uma média de 10,9% em 2017 na UE).

<sup>25</sup> Op. Cit. (p. 44). *Uma grande parte dos beneficiários de proteção internacional são menores não acompanhados.*

<sup>26</sup> Op. cit. (pp. 48-50).

A centralização da escola grega não permite a sua autonomia, prejudicando o desempenho e as características particulares da sua população estudantil.

A falta de formação e autoavaliação demonstram a necessidade de um quadro de referência de gestão escolar baseado em capacidades de Liderança e atitudes de introspecção e reflexão.

Além disso, enquanto se aguarda a inserção de crianças<sup>27</sup> recém-chegadas, persiste a ligação entre inovação e medidas de inclusão, uma vez que a ligação entre inovação e medidas de inclusão não corresponde a políticas de desenvolvimento chave, uma vez que as escolas e os seus currículos não estão diretamente ligados às necessidades do mercado local e à competitividade.

As reformas não são enquadradas por estudos adequados e não se aplicam a estruturas remodeladas.

Finalmente, a educação de adultos não é desenvolvida de acordo com o mercado e suas necessidades de especialização<sup>28</sup>.

## REVISÃO DAS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO LINGUÍSTICA E EDUCATIVA NA EUROPA E NA GRÉCIA

---

Uma revisão da legislação sobre Educação Infantil e Juvenil, bem como linguística e intercultural é apresentada aqui, com base na redação da ARSIS Youth Support Organization.

### **A. Legislação/Política Europeia:**

A importância de promover a integração de crianças e jovens de origem migrante nas escolas e, através da educação, a sua integração na sociedade tem sido sempre salientada a nível europeu, tendo sido desenvolvidas muitas iniciativas políticas da

---

<sup>27</sup> Op. cit. (p. 50). *Foram feitos esforços significativos para integrar os imigrantes recém-chegados na educação, mas continuam a existir desafios significativos. Quase 60% das 24.000 crianças migrantes e refugiadas na Grécia em Outubro de 2018 foram integradas na educação no ano lectivo de 2018/2019.*

<sup>28</sup> Op. cit. (p. 51).

UE para enfrentar os diferentes desafios que estes alunos enfrentam. (Relatório Eurodyce da Comissão Europeia, Dezembro de 2018, página 31)

1. **As conclusões do Conselho da UE de Novembro de 2009** sobre a educação das crianças oriundas da imigração<sup>29</sup>.
2. Plano de Ação **2016 da Comissão Europeia** para a integração de nacionais de países terceiros<sup>30</sup>
  - a) Comunicação sobre a proteção das crianças nas migrações, Abril 2017<sup>31</sup>
  - b) 2018 Recomendação do Conselho sobre a promoção dos valores comuns, a educação inclusiva e a dimensão europeia do ensino<sup>32</sup>
  - c) Comissão Europeia/EACEA/Eurydice, 2019. Integração de Alunos de Origem Migrante nas Escolas da Europa: Políticas e Medidas Nacionais. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
  - d) Estratégia grega de integração no sistema educativo<sup>33</sup>.

## **B. Legislação grega relativa à educação intercultural**

Considerando os estudos interculturais, o governo grego prova a importância de certas medidas:

- O artigo 72 da Lei 3386/2005, sobre "entrada, residência e inclusão social de nacionais de países terceiros no Território Grego" aborda a questão da educação dos menores de países terceiros que residem no Território Grego. De acordo com a lei, os

---

<sup>29</sup> (Βλέπε: [https://eurlex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XG1211\(01\)&from=PT](https://eurlex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XG1211(01)&from=PT))

<sup>30</sup> Βλέπε: [https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20160607/communication\\_action\\_plan\\_integration\\_third-country\\_nationals\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20160607/communication_action_plan_integration_third-country_nationals_en.pdf)

<sup>31</sup> Ανακοίνωση του του Απριλίου 2017 για την προστασία των παιδιών στη μετανάστευση

<sup>32</sup> [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0607\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0607(01)&from=PT)

<sup>33</sup> [https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/greece\\_en](https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/greece_en)

nacionais de países terceiros estão sujeitos à educação obrigatória com os mesmos termos que as crianças nativas nascidas. Isso significa que os menores de idade de países terceiros são obrigados a frequentar o ensino obrigatório primário e secundário (dos 5 aos 15 anos de idade). Se completarem o ensino secundário (idade 15-18), têm direito a ingressar no ensino universitário.

- Quanto aos menores de 15-18 anos, que não estão incluídos no ensino obrigatório da Grécia, o Governo grego está a dar um cuidado especial para que tenham acesso à educação formal e/ou a programas especiais de educação informal (Ver Estratégia Nacional para a Inclusão (2018), p. 60).
- Em princípio, os menores de países terceiros não têm, segundo a lei, "restrições, acesso às atividades da escola ou da comunidade educativa". As diferenças de tratamento são justificadas pelas circunstâncias particulares da sua chegada ao Território Grego.

### **Sistema de Educação Intercultural na Grécia**

- A primeira Lei de Educação Intercultural foi promulgada em 1996.

A Lei 4415/2016 "medidas sobre a educação de língua grega, educação intercultural e outras disposições", substituiu a obsoleta Lei 2413/1996 relativa à educação intercultural. A Secção II da nova Lei (Artigos 20-26) contém medidas sobre a educação intercultural na Grécia.

### **Aulas de Recepção**

- A instituição das Aulas Preparatórias/Recepção na Grécia foi inicialmente lançada em 1980 para alunos de origem grega que remigraram/ regressaram na Grécia. Portanto, a decisão ministerial que rege a sua função enfatizou o ensino da língua grega.
- A Lei 1404/1983 estabeleceu a instituição de aulas preparatórias/recepcionais nas escolas públicas do ensino primário ou secundário. O objectivo destas aulas, de

acordo com a Lei, é a adaptação gradual das crianças migrantes no sistema educativo grego (artigo 45º).

O sistema de Aulas de Recepção foi modificado por duas decisões ministeriais em 1990 (Φ. E. K. 1105/τ. E/4-11-1990) e 1994 (Φ. E. K. 930/τ. B'/14-12-1994A).

### **Acesso dos Refugiados-Migrantes ao Sistema de Educação Grego**

- Uma Decisão Ministerial emitida em agosto de 2016 estabeleceu um programa de aulas à tarde (Estruturas de Acolhimento e Educação para Refugiados, DYEP) para crianças de 4-15 anos de idade. O programa é implementado em escolas públicas vizinhas aos campos ou locais de residência de refugiados.

Crianças entre 6-15 anos de idade, vivendo em ambientes urbanos dispersos (como alojamento do ACNUR, agachamentos, apartamentos, hotéis e centros de acolhimento para requerentes de asilo e crianças desacompanhadas), podem frequentar escolas próximas ao seu local de residência, para se inscreverem nas aulas matinais ao lado das crianças gregas, em escolas que serão identificadas pelo Ministério. Isto é feito com o objectivo de assegurar uma distribuição equilibrada das crianças em escolas seleccionadas, bem como em classes de acolhimento para crianças migrantes e refugiadas, onde o grego é ensinado como segunda língua.

### **Acesso dos Refugiados-Migrantes à Educação Informal na Grécia**

O Ministério das Migrações grego estabelece como prioridade (Estratégia Nacional para a Integração, Junho de 2018, páginas 59-64):

- a) o acesso das crianças com origem migrante (migrantes, requerentes de asilo, refugiados) ao sistema educativo,
- b) a educação informal
- c) e a educação ao longo da vida dos adultos.



O programa "**Educação dos imigrantes na língua grega, a história grega e a cultura grega - ODYSSEUS**" tem como objectivo proporcionar as competências linguísticas, bem como as competências sociais e interculturais necessárias para a inclusão social dos participantes e suas famílias.

O Programa Educativo oferece os seguintes níveis: A1 (duração do curso - 125 horas), A2 (duração do curso - 175 horas), B1 (duração do curso - 185 horas) e B1 no qual é dada ênfase às competências de fala (duração do curso - 195 horas).

### **C. Convergências e divergências entre as constatações gregas e da UE.**

Comparando a UE e as políticas gregas relativas à integração bem sucedida das pessoas migrantes e especialmente dos menores migrantes na sociedade grega, verifica-se que tanto os documentos da UE como os documentos nacionais enfatizam o papel fundamental que a educação desempenha. A UE salienta que a educação é um direito humano básico de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e fundamental para garantir o seu futuro e bem-estar.

Assim, o quadro legal grego prevê a educação dos menores migrantes nos mesmos termos que as crianças nativas (artigo 72 da Lei 3386/2005) e o acesso às atividades da escola e à comunidade educativa sem restrições.

## **A PROPOSTA PARA TODOS: O FESTIVAL DO MULTILINGUISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE, A INCLUSÃO DOS JOVENS, A VALORIZAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS SOCIAIS (EM VEZ DO EPÍLOGO)**

---

Na recente Monografia do 7º Festival do Multilinguismo, que foi apresentada ao Município de Salónica como ata do Projeto, pode ler-se que se trata de um modelo de intervenção social suave centrado no pluralismo, na inclusão das suas comunidades

heterogêneas no capital cultural e no multiculturalismo em prol da resiliência de Salónica.

Como metodologia sociodemográfica, trata-se, antes de tudo, de um tipo aberto de coeducação e, ao mesmo tempo, de um envolvimento gradual de professores, alunos, pais, atores, organizações sociais e comunidades de língua, associações culturais e sociais e suas instituições, visando desenvolver comunidades de aprendizagem com características sociopedagógicas, na descoberta do Outro, na cooperação, na sequência, na relação com o falante ou a pessoa heterocultural. Além disso, o Programa visa uma política educativa e social transformadora, pois utiliza, através das suas atividades, modelos de aprendizagem não formais e informais, tais como Cafés Multilíngues, Oficinas Multilíngues Abertas e Mesas Redondas Abertas.

O foco principal dos Festivais na política educacional do município é mudar a percepção do cidadão e incentivá-lo a se tornar mais cooperativo, solidário e social, para mais caminhos alternativos no desenvolvimento de uma conexão interpessoal.

Além disso, uma prioridade da política Festivais é a discussão aberta de programas educacionais dentro e fora da sala de aula com características de um currículo mais aberto, simétrico, flexível e holístico, a fim de implementar políticas mais eficazes para a inclusão de grupos de refugiados e migrantes, em sociedades móveis.

Mais importante, porém, os Festivais do Multilinguismo contribuem para a imagem cosmopolita dos grupos linguísticos e culturais, como colectivos únicos e como seres interculturais. Seres interculturais, no sentido de serem chamados a desenvolver-se através de uma educação intercultural particular de cada cidadão, para poder criar pontes de acesso à diversidade dos seus semelhantes, assim como para analisar e processar a realidade do seu próximo, através de um olhar contemplativo e com um ponto de partida para a cooperação, relacionamento e emergência do nosso eu colectivo como sociedade.

O município de Salónica, as instituições académicas, os órgãos da cidade e as comunidades são, segundo a literatura, os parceiros sociais de uma política de Estado, capazes de influenciar através de estratégias suaves, através de discussões e consultas

sobre educação social e políticas de desenvolvimento. Ao organizarmos os Festivais do Multilinguismo, pretendemos contribuir para estudá-las, desenvolvê-las e difundí-las.

## REFERÊNCIAS

---

*100 Cidades Resilientes O Prospecto de Resiliência da UE.* (2017). A Fundação Rockefeller.

*Análise dos pontos da Estratégia Juventude 2020 (Espanha) e do Plano Nacional para a Juventude da Catalunha 2020 que convergem com o Projeto SLYMS.* (2019).

Análise de Políticas para a Juventude Espanha. Estratégia 2020 para a Juventude. (2019).

*Análise das políticas juvenis Plano Nacional para a Juventude da Catalunha 2020.* (2019).

HENRIQUES, A. & LYAMOURI - BAJJA, N. (2018). *STEP-by-STEP together Support, Tips, Examples and Possibilities for youth work with young refugees Council of.* Council of Europe and European Commission.

PERSITA, P., Baptista, I. & CESIS - CENTRO DE ESTUDOS PARA UMA INTERVENÇÃO RELATÓRIO SOCIAL DE PAÍSES (2014). *A investir em crianças: Quebrando o ciclo de desvantagem.* União Europeia.

The contribution of youth work to preventing marginalisation and violent radicalisation A practical toolbox for youth workers & Recommendations for policy makers. (2017). Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

*The contribution of youth work in the context of migration and refugee matters.* (2019). Bélgica: Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

*The Socio-economic Scope of Youth Work in Europe.* (2008). Frankfurt: Institut Fur Sozialarbeit und Sozialpädagogik.